

Déficit zero e pacote para obter R\$ 168 bi



Haddad e Tebet se disseram confiantes quanto à meta

O governo federal enviou ontem ao Congresso Nacional a proposta de orçamento para 2024 com previsão de déficit zero, ou seja, receitas iguais às despesas.

A meta depende de um conjunto de medidas arrecadatórias para ser cumprida. Em coletiva, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, afirmaram que a equipe econômica está confiante de que o objetivo será alcançado, apesar da dificuldade.

A necessidade de arrecadação extra para cumprir a meta chega a R\$ 168 bilhões. Dentre as ações elencadas pelo governo, estão algumas já aprovadas ou em discussão no Congresso Nacional, como o restabelecimento do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a tributação dos fundos exclusivos e das offshores (veja quadro ao lado).

— Estamos diante de um orçamento muito equilibrado, com todas as despesas contratadas, com todas as receitas muito bem delineadas, naquilo que a Receita normalmente faz, que é ser muito conservadora com os números — afirmou a ministra.

Tebet explicou ainda que o valor total do pacote de medidas para aumentar a arrecadação considera também as receitas que serão compartilhadas com Estados e municípios. Conforme ela, do montante de R\$ 168 bilhões, uma parcela de R\$ 124 bilhões é a que realmente ficará para os cofres federais.

Com mais de 3,5 mil páginas, o orçamento prevê crescimento de 1,7% nas despesas do governo federal no ano que vem.

O teto para as despesas é calculado em R\$ 2,093 trilhões, com base no arcabouço fiscal, sancionado ontem, que estabelece que o crescimento dos gastos não pode ultrapassar 70% do avanço das receitas. O montante projetado considera expansão real de 2,43% da receita estimada para 2024, descontada a inflação. O governo ainda busca autorização para gastar mais R\$ 32,4 bilhões, valor condicionado à aprovação de um crédito adicional pelo Congresso.

Tebet afirmou que o orçamento da maior parte da Esplanada será praticamente igual a 2023.

— Quando olhamos para as despesas discricionárias, os ministérios estão ficando praticamente com o mesmo

de 2023. Quem ganhou muito, quase 150%, foi Saúde — disse.

A projeção de crescimento do PIB é de 2,26%.

Mínimo

Com a volta da regra de correção automática, o orçamento também prevê salário mínimo de R\$ 1.421 em 2024, aumento de 7,7%. A retomada da regra, que havia sido extinta em 2019, foi sancionada no início da semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela prevê que o mínimo seja corrigido pela inflação acumulada nos 12 meses encerrados em novembro, segundo o INPC, mais o crescimento do PIB de dois anos antes.

No caso de 2024, a fórmula leva em conta o PIB de 2022, que cresceu 2,9%. Em termos nominais, sem descontar a inflação, o reajuste previsto é de R\$ 101, uma vez que o piso em vigor desde maio é de R\$ 1.320.

As medidas

ALTERAÇÃO NO CARF

• **O que é:** projeto já aprovado pelo Congresso restabelece o voto pró-governo em julgamentos que terminam em empate. O órgão é responsável por julgar as contestações de contribuintes quanto a impostos.

Impacto: R\$ 54,7 bilhões

TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS

• **O que é:** governo vai propor novas modalidades de negociações com contribuintes por meio da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Impacto: R\$ 43,3 bilhões

BENEFÍCIOS DO ICMS

• **O que é:** o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em abril, que devem incidir impostos federais sobre determinados incentivos fiscais dados por Estados a empresas.

Impacto: R\$ 35,3 bilhões

FUNDOS DOS SUPER-RICOS

• **O que é:** projeto enviado ao Congresso prevê tributação dos fundos exclusivos — instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, que exigem pelo menos R\$ 10 milhões de entrada. A ideia é igualar aos demais fundos de investimento, com cobrança semestral de Imposto de Renda, conhecida como come-cotas.

Impacto: R\$ 13,3 bilhões

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

• **O que é:** governo pretende rever o mecanismo, utilizado por grandes empresas, que permite que a distribuição dos lucros aos acionistas seja enquadrada como despesa — e, assim, abatida do Imposto de Renda.

Impacto: R\$ 10,5 bilhões

OFFSHORES

• **O que é:** projeto enviado ao Congresso tributa o capital aplicado em empresas no Exterior, com alíquotas progressivas até 22,5%.

Impacto: R\$ 7 bilhões

APOSTAS ESPORTIVAS

• **O que é:** medida que está no Congresso prevê uma alíquota de 18% sobre as receitas das empresas de apostas online.

Impacto: R\$ 700 milhões

ENCOMENDAS INTERNACIONAIS

• **O que é:** governo pretende taxar as encomendas internacionais.

Impacto: R\$ 2,9 bilhões

“
Estamos entregando ao país um orçamento com objetivo de alcançar, e com a certeza que conseguiremos, apesar das dificuldades, a meta zero no ano que vem.”

SIMONE TEBET
Ministra do Planejamento

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 10